

29/11/2019

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 617 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ALEXANDRE DE MORAES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>:REDE SUSTENTABILIDADE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:LUIZ CARLOS ORMAY JUNIOR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:RAFAEL ECHEVERRIA LOPES</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:MOARA SILVA VAZ DE LIMA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>:PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. DECISÃO DO PRESIDENTE DO STJ QUE PERMITE O PROSSEGUIMENTO DAS OBRAS NAS QUADRAS 500 DO SUDOESTE. ALEGAÇÃO DE AFRONTA A PRECEITOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. POSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO PERANTE O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REQUISITO DA SUBSIDIARIEDADE. DESCUMPRIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A possibilidade de impugnação recursal à decisão objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental em causa – proferida pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, nos autos da Suspensão de Liminar e de Sentença 2.558/DF – caracteriza a existência de outro meio idôneo ao enfrentamento da lesão alegada pelo agravante de mesma abrangência e eficácia que a ADPF perante o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, em razão do que se mostra desatendido o requisito da subsidiariedade (art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999). Precedentes.

2. Agravo regimental conhecido e desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros do Supremo

**ADPF 617 AGR / DF**

Tribunal Federal, em Plenário, sob a Presidência do Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, em conformidade com a ata de julgamento e as notas taquigráficas, por unanimidade, acordam em conhecer do agravo regimental e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

29/11/2019

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 617 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. ALEXANDRE DE MORAES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>:REDE SUSTENTABILIDADE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:LUIZ CARLOS ORMAY JUNIOR</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:RAFAEL ECHEVERRIA LOPES</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:MOARA SILVA VAZ DE LIMA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>:PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS</b>

**RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):** Trata-se de Agravo Regimental interposto pelo Partido Rede Sustentabilidade, contra decisão proferida em 10/10/2019 (publicada em 14/10/2019), que extinguiu, sem resolução de mérito, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, nos seguintes termos:

(...)

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) deve ostentar, como outras das condições de procedibilidade, considerado o disposto no § 1º do art. 4º da Lei 9.882/1999, o atendimento ao critério da subsidiariedade, sendo esse a confirmação de que inexistente outro meio eficaz apto a superar o defeito jurídico sob questão.

O cabimento da ADPF será viável desde que haja a observância do princípio da subsidiariedade, que exige o esgotamento de todas as vias possíveis para sanar a lesão ou a ameaça de lesão a preceitos fundamentais ou a verificação, ab initio, de sua inutilidade para a preservação do preceito (ADPF 186/DF, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 20/10/2014).

Caso os mecanismos utilizados de maneira exaustiva

**ADPF 617 AGR / DF**

mostrem-se ineficazes, será cabível o ajuizamento da arguição. Da mesma forma, se desde o primeiro momento se verificar a ineficiência dos demais mecanismos jurisdicionais para a proteção do preceito fundamental, será possível que um dos legitimados se dirija diretamente ao Supremo Tribunal Federal, por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

É necessário, pois, que não exista, para a hipótese in concreto, qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade (ADPF 13-1, Rel. Min. ILMAR GALVÃO; ADPF 15-7/PA, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA), pois esse mecanismo de efetividade dos preceitos fundamentais não substitui as demais previsões constitucionais que tenham semelhante finalidade, tais como o habeas corpus, o habeas data; o mandado de segurança individual e coletivo; o mandado de injunção; a ação popular; a ADI estadual, entre outras possibilidades (ADPF 3-QO, Rel. Min. SYDNEY SANCHES, Pleno, DJ de 27/2/2004; ADPF 12-2/DF, Rel. Min. ILMAR GALVÃO, Pleno, DJ de 26/3/2001).

Não é, porém, o que ocorre na presente hipótese, tendo em vista que a decisão judicial, objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental em causa, está submetida regularmente ao sistema recursal, havendo instrumento processual à disposição da parte para revertê-la. De fato, conforme informado pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o instrumento recursal já foi utilizado, restando pendentes de julgamento os agravos internos interpostos pelo Ministério Público do Distrito Federal e pelo Ministério Público Federal.

Nesse contexto, a CORTE firmou entendimento no sentido de que a existência de apenas uma decisão cuja validade se contesta, enquanto ainda pendente julgamento de agravo, como trata a presente arguição, reforça a eficácia dos meios processuais ordinários de impugnação, a afastar o cabimento de ADPF. Menciono, a título exemplificativo, as considerações lançadas pelo eminente Ministro ROBERTO BARRROSO, no

**ADPF 617 AGR / DF**

julgamento da ADPF 157-AgR. Transcrevo trecho do acórdão:

6. É verdade que esta Corte tem aceito a utilização da ADPF para questionar conjuntos de decisões judiciais que possam estar em conflito com preceitos fundamentais (nesse sentido: ADPF 485, minha relatoria; ADPF 387, Rel. Min. Gilmar Mendes; ADPF 249, Rel. Min. Celso de Mello; ADPF 54, Rel. Min. Marco Aurélio). Não é este o caso, contudo. A petição inicial apontou uma única decisão como violadora de preceito fundamental, sendo que havia meio processual adequado e eficaz para impugnação de tal decisão. (ADPF 157 – AgR/DF, Rel. Min. Roberto Barroso, DJ 09/09/2019; grifos aditados)

Ante todo o exposto, com base no art. 4º, caput e § 1º, da Lei 9.882/1999 e no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGOU SEGUIMENTO à presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

Sustenta o agravante que o critério da subsidiariedade foi atendido, pois *“a mera possibilidade de utilização de outros meios processuais, não basta, por si só, para justificar a invocação do princípio da subsidiariedade.”* Alega que a incidência do referido princípio com vistas a afastar o seguimento da presente arguição somente seria possível na hipótese de *“os instrumentos disponíveis se mostrem capazes de neutralizar, de maneira eficaz, a situação de lesividade que se busca obstar com o ajuizamento da ADPF.”* Nesta linha, defende que não haveria outro meio capaz de evitar a lesão de modo eficaz, uma vez que o recurso cabível contra a decisão impugnada não teria efeito suspensivo. Por fim, requereu a reconsideração da decisão agravada ou, alternativamente, que seja submetida ao Plenário para conhecimento e provimento integral do recurso, e juntou documentos diversos, remissivos ao trâmite da questão perante outras instâncias do Poder Judiciário.

É o relatório.

29/11/2019

PLENÁRIO

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO  
FUNDAMENTAL 617 DISTRITO FEDERAL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (RELATOR):**

Inicialmente, anoto que conheço do Agravo Regimental, espécie recursal cabível para o caso, tempestivamente apresentada pelo Partido Rede Sustentabilidade, Autor da ação.

Os argumentos alinhavados pelo agravante não são capazes de conduzir à reforma da decisão em questão. A possibilidade de impugnação recursal à decisão objeto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental em causa – proferida pelo Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça, nos autos da Suspensão de Liminar e de Sentença 2.558/DF – caracteriza a existência de outro meio idôneo ao enfrentamento da lesão alegada pelo agravante (requisito da subsidiariedade – art. 4º, § 1º, da Lei 9.882/1999).

A Jurisprudência desta CORTE é firme no sentido de que a utilização deste instrumento processual impõe a observância de requisito estrito para a demonstração de seu cabimento, qual seja, a ausência de “*qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade*” (art. 4º, II, da Lei 9.882/1999). Cabe mencionar, com esse fundamento, a decisão proferida pelo eminente Ministro RICARDO LEWANDOWSKI na ADPF 266 (DJe de 28/09/2012), decisão essa confirmada pelo Plenário desta CORTE (ADPF 266 AgR, Rel. Min. EDSON FAHCIN, Pleno, DJe de 23/5/2017), em acórdão assim ementado (grifos aditados):

AGRAVO REGIMENTAL EM ARGUIÇÃO DE  
DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.  
DIREITO ELEITORAL. DECISÕES JUDICIAIS. COLIGAÇÕES.  
AUTONOMIA E CARÁTER NACIONAL DOS PARTIDOS  
POLÍTICOS. INAFASTABILIDADE JURISDIONAL. LEI  
9.504/1997. LEI 9.096/1995. PRINCÍPIO DA  
SUBSIDIARIEDADE. MEIO CAPAZ DE SANAR A

**ADPF 617 AGR / DF**

**CONTROVÉRSIA DE FORMA GERAL, IMEDIATA E EFICAZ.**

1. A arguição de descumprimento de preceito fundamental, em sua modalidade incidental, possui seu interesse processual correlato às ações eleitorais ajuizadas.

2. Tendo em vista os objetos serem pronunciamentos judiciais submetidos regularmente ao sistema recursal eleitoral, constata-se que esta ADPF foi funcionalizada pela parte Agravante como verdadeiro sucedâneo recursal. Precedentes.

3. O requisito da subsidiariedade coloca-se como óbice ao processamento da ADPF, pois é possível a utilização de ADI ou ADC como veículo processual com aptidão para conferir interpretação conforme à Constituição aos dispositivos da Lei 9.096/95. Precedentes.

4. Agravo regimental em arguição de descumprimento de preceito fundamental a que se nega seguimento.

Com esse mesmo entendimento, restringindo o cabimento da ADPF como mero sucedâneo recursal, mencione-se: ADPF 564, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Decisão Monocrática, DJe de 14/2/2019; ADPF 196, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Decisão Monocrática, DJe de 13/6/2018; ADPF 26, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Decisão Monocrática, DJe de 7/11/2017; ADPF 157, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Decisão Monocrática, DJe de 19/12/2008; ADPF 202, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Decisão Monocrática, DJe de 2/2/2010).

Nesse contexto, entendo que não é o caso de superar a ausência de subsidiariedade, pois encontra-se disponível instrumento recursal apto a reverter a decisão do Superior Tribunal de Justiça, dirimindo a alegada questão constitucional invocada pela Agravante com a mesma abrangência e celeridade proporcionadas pelo trâmite da ADPF. A propósito, conforme informado pelo Ministro Presidente do STJ, o instrumento recursal já foi utilizado, restando pendentes de julgamento os agravos internos interpostos pelo Ministério Público do Distrito Federal e pelo Ministério Público Federal.

**ADPF 617 AGR / DF**

Desta feita, o julgamento do recurso interposto oportunizará ao STJ sanar a alegada ofensa aos preceitos fundamentais com a mesma abrangência e eficácia pretendida na presente arguição, caso entenda acertado.

Assim, comprovada a existência de outros meios hábeis a solucionar a controvérsia arguida com idêntico alcance e efetividade intentados nesta ADPF, incabível a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental por não estar atendido o requisito da subsidiariedade.

Diante do exposto, CONHEÇO do Agravo Regimental e NEGO-LHE PROVIMENTO.

É o voto.



**PLENÁRIO**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 617**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES**

AGTE.(S) : REDE SUSTENTABILIDADE

ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS ORMAY JUNIOR (62863/DF, 19029/MS)

ADV.(A/S) : RAFAEL ECHEVERRIA LOPES (62866/DF, 22286-A/MS, 321174/SP)

ADV.(A/S) : MOARA SILVA VAZ DE LIMA (41835/DF)

AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

**Decisão:** O Tribunal, por unanimidade, conheceu do agravo regimental e negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 22.11.2019 a 28.11.2019.

Composição: Ministros Dias Toffoli (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário